

**CARTA DE APRESENTAÇÃO**

Primo Menegalli Junior, Diretor Administrativo, e Henrique de Souza Bernadinho na qualidade de contador responsável pela contabilidade da Menegalli Administradora de Consórcio Ltda., pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº 76.853.043/0001-81, com sede na Avenida Engenheiro Mesquita, nº 105, bairro Centro, município de Araranguá, Estado de Santa Catarina, , veem pela presente, apresentar as demonstrações financeiras referente ao 1º semestre de 2024, divulgadas no site <https://consorciomenegalli.com.br/demonstracoes-financeiras>, cumprindo desta forma determinação dos incisos I ao V do artigo 4º da Circular 3.964 de 2019 editada pelo Banco Central do Brasil listadas a seguir:

**Demonstrações Financeiras:**

- *Balanco Patrimonial;*
- *Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;*
- *Demonstração de Resultado;*
- *Demonstração Consolidada das Variações das Disponibilidades de Grupos;*
- *Demonstração Consolidada dos Recursos de Consórcio;*
- *Demonstração dos Fluxos de Caixa;*
- *Demonstração do Resultado Abrangente.*

Diretor Administrativo  
 Contador CRC: SC-037282/O-7

**TERMO DE RESPONSABILIDADE DE DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO**

Primo Menegalli Junior, na qualidade de administrador, da Menegalli Administradora de Consórcio Ltda., pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº 76.853.043/0001-81, com sede na Avenida Engenheiro Mesquita, nº 105, bairro Centro, município de Araranguá, Estado de Santa Catarina, através da presente DECLARA que as informações contidas nos documentos de demonstrações financeiras remetidas pelo Documento 9010 são verídicas para todos os fins de direito, cumprindo assim o inciso V do artigo 4º da Circular 3.964 de 2019 do Banco Central do Brasil. Por ser declaração da verdade, firmam a presente.

Primo Menegalli Junior

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos para apreciação as Demonstrações Financeiras, relativas ao Exercício encerrado em 30.06.2024, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes. A Menegalli Administradora de Consórcios Ltda., tem como objetivo administrar grupos de consórcios, principalmente de automóveis, motocicletas e bens móveis, oportunizando a aquisição de bens e até mesmo a construção ou reforma de imóvel residencial ou comercial.

Em 30.06.2024 a empresa administrava 29 grupos de consórcios com uma base de clientes ativos de 3.764 consorciados, sendo que, no primeiro semestre de 2024, totalizou 2.576 bens entregues. No período, apresentou lucro líquido de R\$ 284.062,00, registrando uma aumento de R\$ 72.544,00 ou de 34,30% a mais em relação ao segundo semestre de 2023, as receitas de prestação de serviços de consórcio totalizaram no primeiro semestre de 2024 R\$ 2.324.079,00.

Colocamo-nos à disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

**BALANÇO PATRIMONIAL em 30/06/2024 (Em milhares de reais)**

Ativo	Nota	30/06/2024	31/12/2023	Passivo e Patrimônio líquido	Nota	30/06/2024	31/12/2023
Caixa e Equivalentes de Caixa	04	4.956.466	4.762.520	<b>Circulante</b>			
Impostos a Recuperar	05	16.571	61.059	Obrigações Fiscais e Previdenciárias	09	163.604	128.640
Pagamentos a Ressarcir	06	991.211	762.837	Provisões para Pagamentos a Efetuar	10	1.515.132	1.491.956
Outros Créditos	07	8.011	34.038	Total do Passivo Circulante		<b>1.678.736</b>	<b>1.620.596</b>
Despesas do Exercício Seguinte		375	1.121				
<b>Total do Ativo Circulante</b>		<b>5.972.634</b>	<b>5.621.575</b>	<b>Não circulante</b>			
<b>Realizável a Longo Prazo</b>				Recursos a Receber de Cobrança Judicial			
Valores a Receber de Cobrança Judicial				Obrigações tributarias			
<b>Imobilizado</b>	<b>08</b>	<b>744.010</b>	<b>752.867</b>	<b>Total do Passivo Não Circulante</b>			
<b>Total do Ativo Não Circulante</b>		<b>744.010</b>	<b>752.867</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>			
				Capital Social	11	1.969.000	1.969.000
				Reservas de Capital		745	745
				Lucros Acumulados		3.068.163	2.784.101
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>6.716.644</b>	<b>6.374.442</b>	<b>Total do Patrimônio Líquido</b>		<b>5.037.908</b>	<b>4.753.846</b>
				<b>TOTAL PASSIVO E PATRIMONIO LIQUIDO</b>		<b>6.716.644</b>	<b>6.374.442</b>

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO em 30/06/2024 (Em milhares de reais)**

	<u>Capital Social</u>	<u>Reservas de Capital</u>	<u>Lucros Acumulados</u>	<u>Total</u>
<b>Em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>1.969.000</b>	<b>745</b>	<b>2.166.577</b>	<b>4.136.322</b>
Resultado do Semestre			406.006	406.006
<b>Em 30 de junho de 2023</b>	<b>1.969.000</b>	<b>745</b>	<b>2.572.583</b>	<b>4.542.328</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>1.969.000</b>	<b>745</b>	<b>2.784.101</b>	<b>4.753.846</b>
Resultado do Semestre			284.062	284.062
<b>Em 30 de junho de 2024</b>	<b>1.969.000</b>	<b>745</b>	<b>3.068.163</b>	<b>5.037.908</b>

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO em 30/06/2024 (Em milhares de reais)**

	<u>Nota</u>	<u>1º Semestre 2024</u>	<u>1º Semestre 2023</u>
<b>Receitas de Intermediação Financeira</b>		<b>340.792</b>	<b>366.563</b>
Resultado de Operações com Títulos e Valores Imobiliários	12	340.792	366.563
<b>Resultado Bruto de Intermediação Financeira</b>		<b>340.792</b>	<b>366.563</b>
<b>Outras Receitas/Despesas Operacionais</b>		<b>168.166</b>	<b>304.611</b>
Receitas de Prestação de Serviços	12	2.324.079	2.135.258
Despesas Administrativas		(1.168.467)	(1.266.935)
Despesas de Pessoal		(730.725)	(612.866)
Outras Despesas Administrativas			
Despesas Tributárias		(413.745)	(397.468)
Outras Receitas Operacionais	12	157.024	446.622
<b>Resultado Operacional</b>		<b>508.958</b>	<b>671.174</b>
<b>Resultado Antes da Tributação Sobre Lucro</b>		<b>508.958</b>	<b>671.174</b>
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	<b>05</b>	<b>(224.896)</b>	<b>(265.168)</b>
<b>Lucro Líquido (Prejuízo) do Semestre/Exercício</b>		<b>284.062</b>	<b>406.006</b>
Número de Cotas		1.969.000	1.969.000
Lucro/Prejuízo líquido por Quota		0,14	0,21

**DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS VARIAÇÕES NAS DISPONIBILIDADES DE GRUPOS em 30/06/2024 (Em milhares de reais)**

	<u>1º Semestre</u> <u>30/06/2024</u>	<u>1º Semestre</u> <u>30/06/2023</u>		<u>1º Semestre</u> <u>30/06/2024</u>	<u>1º Semestre</u> <u>30/06/2023</u>
<b>Disponibilidade no Início</b>	<b>6.619.686</b>	<b>10.727.386</b>	<b>(-) Recursos Utilizados</b>	<b>(16.247.873)</b>	<b>(19.159.421)</b>
Disponibilidades	151.397	95.264	Aquisição de Bens	(12.931.328)	(11.387.968)
Aplicações Financeiras grupo	1.838.972	6.623.511	Taxa de Administração	(2.202.440)	(2.027.073)
Aplic. Fin. Vinc. Contemplação	4.629.317	4.008.611	Multas e Juros moratórios	(41.681)	(54.095)
			Prêmio de Seguros Pagos	(187.554)	(216.443)
<b>(+) Recursos Coletados</b>	<b>16.286.902</b>	<b>15.134.856</b>	Custas Judiciais		
Contr. para Aquisição de Bens	13.200.905	12.175.095	Devolução de Consorciados Desligados	(701.889)	(5.367.429)
Taxa de Administração	2.201.088	2.040.327	Outros	(182.981)	(106.413)
Contr. Fundo de Reserva	42.329	27.722			
Rend. Aplicações Financeiras	216.295	445.488	<b>Disponibilidades no Final do Período</b>	<b>6.658.715</b>	<b>6.702.821</b>
Multas e Juros moratórios	83.668	112.680	Disponibilidades	63.037	52.265
Prêmio de Seguro	185.149	208.987	Aplic. Financeiras do grupo	1.527.824	2.156.265
Custas Judiciais	189		Aplic. Fin Vinc. Contemplação	5.067.854	4.494.291
Reemb. Despesas de Registro					
Outros	357.279	124.557			

**DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RECURSOS DE CONSÓRCIO em 30/06/2024 (Em milhares de reais)**

<b>Ativo</b>	<b>30/06/2024</b>	<b>31/12/2023</b>	<b>Passivo</b>	<b>30/06/2024</b>	<b>31/12/2023</b>
<b>Circulante</b>			<b>Circulante</b>		
Disponibilidades	63.037	151.397	Obrigações Com Consorciados	17.331.937	17.401.306
Aplicações Financeiras	6.595.678	6.468.288	Valores A Repassar	710.241	754.356
Direitos Junto a Cons. Contemplados - Normais	16.744.716	16.111.247	Obrigações por Contemplações a Entregar	5.066.547	4.628.590
Direitos Junto a Cons. Contemplados - Em Atraso	726.877	740.142	Obrigações com Administradora	435.000	
Direitos Junto a Cons. Contem - Em Cobr. Judicial	7.456.072	7.702.917	Recursos a Devolver a Consorciados Ativos	5.114	6.783
<b>Total do Ativo Circulante</b>	<b>31.586.380</b>	<b>31.173.991</b>	Ativos - Pelo Rateio		
			Recur. a Devolver a Consorciados Desligados	5.309.236	5.640.603
<b>Compensação</b>			Recursos do Grupo	2.728.304	2.487.353
Prev. Mensal de Rec. a Receber de Consorciados	1.548.071	1.550.595	<b>Total do Passivo Circulante</b>	<b>31.586.379</b>	<b>31.173.991</b>
Contribuições Devidas ao Grupo	70.016.816	68.924.501			
Consortiados - Bens a Contemplar	62.184.443	61.571.555	<b>Compensação</b>		
<b>Total Compensação</b>	<b>133.749.330</b>	<b>132.046.651</b>	Recursos Mensais a Receber de Consorciados	1.548.071	1.550.595
			Obrigações do Grupo por Contribuições	70.016.817	68.924.501
<b>Total do Ativo</b>	<b>165.335.710</b>	<b>163.220.642</b>	Bens ou Serviços a Contemplar	62.184.443	61.571.555
			<b>Total Compensação</b>	<b>133.749.331</b>	<b>132.046.651</b>
			<b>Total do Passivo</b>	<b>165.335.710</b>	<b>163.220.642</b>

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA em 30/06/2024 (Em milhares de reais)**

<b>Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais</b>	<b>1º Semestre 2024</b>	<b>1º Semestre 2023</b>
<b>a) Resultado Líquido Ajustado</b>	<b>298.521</b>	<b>421.862</b>
Lucro (Prejuízo) Líquido Do Período/Exercício	284.062	406.006
Depreciação	14.459	15.856
<b>b) (Acréscimo) Decréscimo Do Ativo</b>	<b>(157.113)</b>	<b>15.098</b>
Outros Créditos	26.027	13.086
Impostos a Recuperar	44.488	15.563
Pagamentos a Ressarcir	(228.374)	(14.084)
Despesas do Exercício Seguinte	746	533
Valores a Receber de Cobrança Judicial		
<b>c) Acréscimo (Décrécimo) Do Passivo</b>	<b>58.140</b>	<b>(156.349)</b>
Obrigações Fiscais e Previdenciárias	34.964	16.024
Provisão Para Pagamentos a Efetuar	23.176	(172.373)
Recursos a Receber de Cobrança Judicial		
Obrigações Tributárias Diferidas		
<b>Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais</b>	<b>199.548</b>	<b>280.611</b>
<b>Fluxo de Caixa Das Atividades de Investimentos</b>		
Aquisição de Ativos Imobilizados	(5.602)	(31.922)
<b>Caixa Líquido Usado nas Atividades de Investimentos</b>	<b>(5.602)</b>	<b>(31.922)</b>
<b>Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos</b>		
Distribuição de Lucros		
<b>Caixa Líquido Usado Nas Atividades de Financiamentos</b>		
<b>Aumento (Diminuição) Líquido de Caixa e Equivalentes</b>	<b>193.946</b>	<b>248.689</b>
<b>Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>4.762.520</b>	<b>4.520.547</b>
<b>Saldo Final de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>4.956.466</b>	<b>4.769.236</b>

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE em 30/06/2024 (Em milhares de reais)**

	<u>1º Semestre 2024</u>	<u>1º Semestre 2023</u>
Resultado Líquido do Exercício	284.062	406.006
Outros Resultados Abrangentes	-	-
<b>Resultado Abrangente Total do Exercício</b>	<b>284.062</b>	<b>406.006</b>

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS****NOTA 01 - INFORMAÇÕES GERAIS**

A Menegalli Administradora de Consórcios LTDA., com sede em Araranguá/SC, iniciou suas atividades em 1983 e tem por objeto a formação e administração de grupos de consórcios em geral, obedecendo aos preceitos legais. Os recursos recebidos dos grupos de consórcios são utilizados na aquisição de bens, sendo o excedente aplicado no mercado financeiro.

Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Reais que é a moeda principal das operações e ambiente em que a Instituição atua, e representam a sua posição patrimonial e financeira em 30 de junho de 2024, o resultado de suas operações realizadas entre 1º de janeiro e 30 de junho de 2024, as mutações do seu patrimônio líquido e os fluxos de caixa referentes ao exercício findo naquela data.

**NOTA 02 - BASES DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS****a) Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, que incluem as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas

Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 bem como a Resolução BCB nº 2 de 12 agosto de 2020, apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e com as alterações estabelecidas pela carta circular BACEN nº 3.624/13.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 22 de julho de 2024.

**b) Moeda funcional e de apresentação**

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Menegalli Consórcios. Exceto quando indicado de outra forma, as informações financeiras quantitativas são apresentadas em Reais (R\$).

**c) Normas recentemente emitidas, aplicáveis ou a serem aplicadas em períodos futuros****(I) Normas a serem aplicadas em períodos futuros**

**Resolução BCB n.º 178, de 19 de janeiro de 2022.** A norma estabelece os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil contratadas pelas administradoras de consórcio e pelas instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Bacen na condição de arrendatária, devendo essas instituições observar o Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC 06 (R2) – Arrendamentos. Este pronunciamento estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil, conforme regulamentação específica.

O CPC 06 (R2) abandona a classificação de arrendamentos em operacional e financeiro para os arrendatários, passando a ter um único modelo de contabilização, que consiste no reconhecimento dos ativos e passivos decorrentes das operações de arrendamento. A norma não obriga um arrendatário a reconhecer ativos e passivos de arrendamentos de baixos valores e de curto prazo. A Resolução BCB n.º 178/2022 entra em vigor em 01.01.2025.

A Menegalli Consórcios iniciou a avaliação dos impactos da adoção do novo normativo, os quais serão concluídos até a data de sua vigência.

**Resolução BCB nº 352 de 23 de novembro 2023:** Dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas sociedades corretoras de títulos e valores mobiliários, pelas sociedades distribuidoras de títulos e valores mobiliários, pelas sociedades corretoras de câmbio, pelas administradoras de consórcio e pelas instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e sobre os procedimentos contábeis para a definição de fluxos de caixas de ativo financeiro como somente pagamento de principal e juros, a aplicação da metodologia para apuração da taxa de juros efetiva de instrumentos financeiros, a constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito e a evidência de informações relativas a instrumentos financeiros em notas explicativas a serem observadas pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Revoga as Resoluções nº 219 de 30/03/2022 e nº 309 de 28/03/2023. Esta Resolução entra em vigor: em 1º de janeiro de 2024, em relação ao art. 24, 100, 101 e aos incisos X e XI do art. 107. Em 1º de janeiro de 2027, em relação ao Capítulo IV do Título II e em 1º de janeiro de 2025, em relação aos demais dispositivos

A Menegalli Consórcios iniciou a avaliação dos impactos da adoção dos itens normativos vigentes a partir de 01.01.2025, os quais serão objeto de divulgação específica nas notas explicativas às demonstrações contábeis do Exercício/2024, conforme requerido pelo art. 108 dessa Resolução.

**Resolução BCB nº 234 de 27 de junho 2022.** A Resolução dispõe sobre a constituição e o funcionamento das administradoras de consórcio e que as administradoras que forem constituídas sob a forma de sociedade limitada devem prever em seu contrato social a observância supletiva da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, nos termos do parágrafo único do art. 1.053 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), inclusive no que diz respeito à retenção de lucros e à constituição, à reversão e à utilização de reservas.

A Menegalli Consórcios iniciou a avaliação dos impactos da adoção do novo normativo.

### **NOTA 03 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS**

#### **3.1 Da Administradora**

##### **a) Apuração do Resultado**

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem e, quando se correlacionam, de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento.

##### **b) Receita de taxa de administração**

Conforme item 9 do CPC 47, o processo de reconhecimento da receita se inicia com a identificação do contrato, sendo que a entidade deve contabilizar os seus efeitos somente quando todos os critérios a seguir forem atendidos:

- (i) as partes aprovarem o contrato (por escrito, verbalmente ou de acordo com outras práticas usuais de negócios) e estiverem comprometidas em cumprir suas respectivas obrigações;
- (ii) a entidade puder identificar os direitos de cada parte em relação aos bens ou serviços a serem transferidos;
- (iii) a entidade puder identificar os termos de pagamento para os bens ou serviços a serem transferidos;
- (iv) o contrato possuir substância comercial (ou seja, espera-se que o risco, a época ou o valor dos fluxos de caixa futuros da entidade se modifiquem como resultado do contrato); e,
- (v) for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito em troca dos bens ou serviços que serão transferidos ao cliente. Ao avaliar se a possibilidade de recebimento do valor da contraprestação é provável, a entidade deve considerar apenas a capacidade e a intenção do cliente de pagar esse valor da contraprestação quando devido.

O reconhecimento pode variar em função da avaliação da possibilidade de não recebimento da contraprestação, que deve considerar apenas a capacidade e a intenção do cliente de pagar esse valor quando devido. Nesse sentido, a contraprestação destas cotas será reconhecida como receita quando do seu efetivo recebimento, devido à incerteza de sua realização financeira.

A obrigação de desempenho da Menegalli é cumprida com a prestação de serviços relacionados à formação, organização e administração dos grupos de consórcio até o seu encerramento. Em consonância com as características intrínsecas do produto a maior parte dos pagamentos realizados pelos clientes ocorrem dentro da competência.

O valor da receita reflete a contrapartida que se espera ter direito em troca da transferência de serviços para o cliente. O preço da transação é definido contratualmente como um percentual do valor do bem de referência e não está sujeito a reduções.

##### **c) Caixa e equivalentes de caixa**

Para fins da elaboração da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 03, são representados por dinheiro em caixa e depósitos em instituições financeiras, incluídos na rubrica de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com prazo inicial de até 90 dias, que possuem conversibilidade imediata em caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor de mercado. Dentre os recursos disponíveis com essas características, são classificados como equivalentes de caixa somente aqueles recursos mantidos com a finalidade de atender aos compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

##### **d) Aplicações interfinanceiras de liquidez**

São demonstradas pelo valor aplicado, acrescido, dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

##### **e) Outros Ativos**

Os demais ativos estão apresentados ao custo de aquisição atualizado conforme disposições legais ou contratuais, ajustado ao valor provável de realização.

##### **f) Imobilizado**

Demonstrado ao custo de aquisição e a depreciação é reconhecida pelo método linear com base em taxas anuais que contemplam a vida útil-econômica dos bens, sendo equipamentos de informática e veículos - 20% e móveis, utensílios e instalações - 10%, nos termos da Resolução BCB Nº 6, de 12 de agosto de 2020.

##### **g) Avaliação do valor recuperável de ativos**

Conforme Resolução BCB Nº 120, de 27 de julho de 2021, que dispõe sobre os princípios gerais para reconhecimento, mensuração, escrituração e evidenciação contábeis e estabelece o Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, os ativos não financeiros estão sujeitos à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores. A Administradora não teve nenhum ativo sujeito à perda do seu valor recuperável.

##### **h) Passivos Circulante e Não Circulante**

Os passivos estão registrados pelo seu valor estimado de realização, ajustados a valor presente quando aplicável, com base em taxas de desconto que refletem as melhores avaliações do mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos destes passivos, e acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas, em base "pro-rata die".

**i) Imposto de renda e contribuição social**

A provisão para imposto de renda é calculada pela alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável acima de R\$20.000 mensais (R\$240.000 para o ano). A contribuição social é calculada pela alíquota de 9%. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre diferenças temporárias utilizando-se as alíquotas vigentes nas datas dos balanços.

**j) Eventos subsequentes**

De acordo com a Resolução BCB Nº 2, de 12 de agosto de 2020, que dispõe sobre a contabilização e divulgação de eventos subsequentes ao período a que se referem às demonstrações financeiras, conforme estabelecido no pronunciamento técnico CPC 24, não foram identificados eventos subsequentes que necessitem ser divulgados nessas demonstrações financeiras.

**3.2 Dos Grupos de Consórcio**

**a) Disponibilidades**

Representa os recursos disponíveis e outros créditos ainda não utilizados pelos grupos, os quais são mantidos em conta vinculada para aplicação diária em operações à ordem do Banco Central do Brasil. Os rendimentos dessas aplicações são incorporados ao saldo de caixa de grupo, por ocasião das assembleias, não incluindo a taxa de administração sobre os mesmos.

**b) Direito junto a consorciados contemplados**

Representa os recursos a receber dos consorciados já contemplados (Fundo Comum e Fundo de Reserva), incluídos os direitos em atraso e em cobrança judicial, conforme estabelece a IN BCB nº 282 de 27/04/2022.

**c) Previsão mensal de recursos a receber de consorciados**

Refere-se à previsão dos recebimentos de contribuições de consorciados (Fundo Comum e Fundo de Reserva). O montante foi calculado com base no preço vigente do bem em 30 de junho de 2024.

**d) Contribuições devidas ao grupo**

Referem-se às contribuições (Fundo Comum e Fundo de Reserva) devidas pelos consorciados ativos até o encerramento do grupo.

**e) Obrigações com consorciados**

Representam os valores registrados como obrigações junto aos consorciados devendo ser mantidos controles individualizados, conforme estabelece a IN BCB nº 282 de 27/04/2022.

**f) Valores a repassar**

Registra os valores recebidos dos consorciados e ainda não repassados pelos grupos relativos à taxa de administração, prêmios de seguro, multas e juros moratórios, custas judiciais, despesas de registro de contratos de garantia, multa rescisória e outros.

**g) Obrigações por contemplações a entregar**

Registra os créditos a repassar aos consorciados, pelas contemplações nas assembleias, acrescido da respectiva remuneração.

**h) Recursos a devolver a consorciados**

Registra o valor dos recursos a serem devolvidos aos consorciados ativos pelos excessos de amortizações e aos consorciados desistentes ou excluídos, pelo valor das contribuições, deduzidos de multas, quando aplicável.

**i) Recursos dos grupos**

Registra os recursos dos grupos a serem rateados aos consorciados ativos quando do encerramento dos grupos.

**j) Obrigações do grupo por contribuições**

Representam todas as contribuições devidas pelos consorciados ativos até o final do grupo, a título de fundo comum e de fundo de reserva, conforme estabelece a IN BCB nº 282 de 27/04/2022.

**k) Valor dos bens ou serviços a contemplar**

Representam valor total dos bens ou serviços a entregar em assembleias futuras, incluídas suas atualizações, até o final do grupo, conforme estabelece a IN BCB nº 282 de 27/04/2022.

**3.3 Demonstração Consolidada das Variações nas Disponibilidades de Grupo**

**a) Recursos coletados**

Representam recursos coletados dos grupos dos grupos de consórcios e os rendimentos financeiros decorrentes. O valor mensal da contribuição para aquisição de bens recebidos dos participantes dos grupos calculado com base em: Valor do bem adquirido, taxa de administração, fundo de reserva e seguros.

Estes valores são apurados conforme o percentual de pagamento mensal estabelecido de acordo com o prazo de apuração dos grupos. O fundo de reserva destina-se a cobrir eventuais insuficiências de caixa de cada grupo, conforme previsão contratual. O saldo remanescente dos recursos do fundo de reserva de cada grupo é distribuído aos consorciados participantes no encerramento do grupo.

#### **b) Recursos utilizados**

Representam os pagamentos realizados pelos grupos para: entrega do bem, repasse de taxa de administração, repasse de prêmio de seguro, devoluções e distribuição de valores remanescentes do fundo de reserva.

#### **NOTA 04 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

Os recursos utilizados para gestão de caixa da companhia estão alocados em caixa, depósitos bancários à vista e em fundo de investimento.

	<b>30/06/2024</b>	<b>31/12/2023</b>
Caixa	2.440	559
Depósitos bancários à vista	22.299	2.973
Aplicações Fundos de Investimentos	4.931.727	4.758.988
<b>Total</b>	<b>4.956.466</b>	<b>4.762.520</b>

A carteira de títulos e valores mobiliários está assim representada:

	<b>30/06/2024</b>	<b>31/12/2023</b>
<b>Circulante</b>		
Para negociação	4.931.727	4.758.988
<b>Total</b>	<b>4.931.727</b>	<b>4.758.988</b>

#### **a) Títulos e valores mobiliários - Para negociação**

Fundo de Investimento Renda Fixa LP	4.352.586	3.404.774
Fundo de Investimento RF DI VIP	579.141	1.354.214
	<b>4.931.727</b>	<b>4.758.988</b>

A remuneração das aplicações teve rendimento médio de 10,81% a 11,15% ao ano.

A partir de janeiro de 2022, os recursos dos grupos encerrados contabilmente passaram a ser contabilizados em contas de compensação, de acordo com a Resolução BCB nº 156/2021.

Em 30 de junho 2024 e em 31 de dezembro de 2023, a Administradora não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos.

#### **NOTA 05 - IMPOSTOS A RECUPERAR**

<b>Ativo</b>	<b>30/06/2024</b>	<b>31/12/2023</b>
IRRF	16.571	61.059
<b>Total</b>	<b>16.571</b>	<b>61.059</b>

<b>Resultado do Exercício</b>	<b>30/06/2024</b>	<b>30/06/2023</b>
IRPJ Corrente	(162.188)	(191.800)
CSLL Corrente	(62.708)	(73.368)
<b>Total</b>	<b>(224.896)</b>	<b>(265.168)</b>

**NOTA 06 - PAGAMENTOS A RESSARCIR**

	30/06/2024	31/12/2023
Grupos (a)	991.211	762.837
<b>Total</b>	<b>991.211</b>	<b>762.837</b>

Os pagamentos a ressarcir referem-se às seguintes operações:

- a) O montante de R\$ 991.211 (R\$ 762.837 em 2023) refere-se a valores de empréstimos realizados pela Administradora aos grupos de consórcio encerrados. Destina-se a viabilizar a devolução dos valores a consorciados desistentes ou excluídos. O ressarcimento dos recursos à Administradora é efetuado por ocasião da disponibilidade de caixa nos grupos (devolução) e mediante recuperação dos valores via cobrança judicial.

**NOTA 07 - OUTROS CRÉDITOS**

	30/06/2024	31/12/2023
Adiantamentos de Salários	1.987	28.456
Serviços Prestados a Receber	6.024	5.582
<b>Total</b>	<b>8.011</b>	<b>34.038</b>

**NOTA 08 – IMOBILIZADO**

	Taxa Anual de Depreciação	Custo Corrigido	Depreciação Acumulada	Valor Residual 30/06/2024	Valor Residual 31/12/2023
Terrenos	-	400.000	-	400.000	400.000
Edificações	4%	352.000	(81.242)	270.758	277.797
Móveis e Equipamentos de uso	10%	347.748	(298.521)	49.227	53.718
Sistema de Processamento Dados	20%	53.582	(29.557)	24.025	21.352
Sistema de Transporte	20%	39.590	(39.590)	-	-
(-) Transferência Intangível		-	-	-	-
<b>Total</b>		<b>1.192.920</b>	<b>(448.910)</b>	<b>744.010</b>	<b>752.867</b>

**NOTA 09 - OBRIGAÇÕES FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS**

	30/06/2024	31/12/2023
Provisão IRPJ	8.867	-
Provisão CSLL	11.463	5.518
PIS	5.902	5.029
COFINS	27.722	23.782
ISS	42.378	17.364
Impostos e Contribuições s/ Salários	66.514	76.189
Outros	758	758
<b>Total</b>	<b>163.604</b>	<b>128.640</b>

**NOTA 10 - PROVISÕES PARA PAGAMENTOS A EFETUAR**

	30/06/2024	31/12/2023
Recursos Não Procurados	1.324.257	1.344.787
Provisão de Férias	161.599	134.003
Credores Diversos	29.276	13.166
<b>Total</b>	<b>1.515.132</b>	<b>1.491.956</b>



**NOTA 11 - CAPITAL SOCIAL**

O Capital Social subscrito e integralizado é de R\$ 1.969.000 dividido em 1.969.000 quotas no valor de R\$ 1,00 cada uma, assim distribuídas:

<b>Sócios</b>	<b>Quotas</b>	<b>Em Reais R\$</b>
Primo Menegalli	1.949.313	1.949.313
Primo Menegalli Junior	19.687	19.687
<b>Total</b>	<b>1.969.000</b>	<b>1.969.000</b>

**NOTA 12 - RECEITAS**

	<b>1º Semestre</b>	<b>1º Semestre</b>
	<b>30/06/2024</b>	<b>30/06/2023</b>
Rendimento Títulos de Renda Fixa	340.793	366.563
Taxa de Administração	2.324.079	2.135.258
Serviços Prestados	54.449	89.464
Recuperação Encargos e Despesas	100.814	354.304
Outros	1.760	2.854
<b>Total</b>	<b>2.821.895</b>	<b>2.948.443</b>

**NOTA 13 - POSIÇÃO DAS OPERAÇÕES DE CONSÓRCIOS**

	<b>30/06/2024</b>	<b>30/06/2023</b>
<b>Grupos em Andamento</b>	29	30
<b>Número de Participantes</b>		
Ativos	3.764	3.673
Excluídos	3.700	3.793
Bens Entregues	2.576	2.500
<b>Bens Pendentes de Entrega</b>	247	234
<b>Taxa de Inadimplência</b>		
Contemplados	14,88%	13,40%
Não Contemplados	10,28%	10,50%

**NOTA 14 - TAXA DE ADMINISTRAÇÃO**

A taxa média de administração praticada no 1º semestre de 2024 para os grupos de consórcios foi de acordo com os seguintes percentuais:

	<b>30/06/2024</b>	<b>30/06/2023</b>
Automóveis	14,85%	14,95%
Motocicletas	17,99%	18,20%
Imóveis	19,98%	19,60%
Bens Móveis	15,58%	18,00%

## **NOTA 15 - CONTINGÊNCIAS**

### **Cíveis**

A Instituição não possui ações de devoluções de parcelas pagas, de quitação de dívida via seguro e danos morais impetradas por consorciados, classificadas pelo assessor jurídico como probabilidade de perda provável ou possível.

## **NOTA 16 - GERENCIAMENTO DE RISCOS DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS**

As políticas de gerenciamento de risco da Empresa são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Empresa está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. A Empresa possui exposição para os seguintes riscos:

### **Riscos de taxas de câmbio**

A Empresa não está exposta ao risco de taxa de câmbio.

### **Risco de liquidez**

A política de gerenciamento de riscos implica em manter um nível seguro de disponibilidades de caixa ou acessos a recursos imediatos. Dessa forma, a Empresa possui aplicações com vencimento em curto prazo e com liquidez imediata.

### **Risco de mercado**

As políticas de gestão de riscos da Empresa incluem, entre outras, o desenvolvimento de estudos e análises econômico-financeiras que avaliam o impacto de diferentes cenários nas posições de mercado, e relatórios que monitoram os riscos a que a Empresa está sujeito. A Administração mantém constante mapeamento de riscos, ameaças e oportunidades, com base na projeção dos cenários e seus impactos nos resultados da Empresa.

<b>Ativos financeiros</b>	<b>30/06/2024</b>	<b>31/12/2023</b>
<b>Mensurados ao valor justo por meio do resultado</b>	<b>4.956.466</b>	<b>4.762.520</b>
Caixa e equivalentes de caixa	4.956.466	4.762.520
<b>Mensurado ao custo amortizado</b>	<b>999.222</b>	<b>796.875</b>
Pagamentos a Ressarcir	991.211	762.837
Outros Créditos	8.011	34.038
<b>Total dos ativos financeiros</b>	<b>5.955.688</b>	<b>5.559.395</b>
<b>Passivos financeiros</b>	<b>30/06/2024</b>	<b>31/12/2023</b>
<b>Mensurado ao custo amortizado</b>	<b>1.515.132</b>	<b>1.491.956</b>
Provisões para Pagamentos a Efetuar	1.515.132	1.491.956
<b>Total dos passivos financeiros</b>	<b>1.515.132</b>	<b>1.491.956</b>

## **NOTA 17 - EVENTO SUBSEQUENTE**

Não houve eventos subsequentes que, requeiram ajustes ou divulgações, nas demonstrações contábeis encerradas em 30 de junho de 2024.

## **NOTA 18 – MANUAL DE CONTROLE INTERNO**

Na data base de 30 de junho de 2024, a empresa disponibiliza o manual de controles internos, cuja divulgação já foi realizada junto às lideranças e disponibilizado a todos os colaboradores.

## **NOTA 19 – OUVIDORIA**

A Ouvidoria dispõe de diretor responsável pela área e de um Ouvidor. Atende às manifestações recebidas por meio de sistema de processamento de dados específico, tendo a atribuição de assegurar o cumprimento das normas relacionadas aos direitos dos usuários de nossos produtos, além de atuar como canal de comunicação atendendo a todos os consorciados registrados em seus controles, em todos os pontos de vendas e representações que a empresa possui.

Examinamos as demonstrações financeiras da Menegalli Administradora de Consórcios Ltda. (“Administradora”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como a demonstração consolidadas dos recursos de consórcio levantada em 30 de junho de 2024 e das variações nas disponibilidades de grupos de consórcio para o semestre e exercício findos nesta data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Menegalli Administradora de Consórcios Ltda., em 30 de junho de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como a posição patrimonial e financeira consolidada dos grupos de consórcios em 30 de junho de 2024 e as variações nas disponibilidades dos grupos de consórcios para o semestre findos nesta data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

#### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

#### Outros assuntos

As demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2023 apresentadas comparativamente foram anteriormente por nós examinadas, de acordo com as normas de auditoria vigentes por ocasião da emissão do parecer em 20 de março de 2024. E com relação as demonstrações financeiras encerradas em 30 de junho de 2023 apresentadas comparativamente foram anteriormente por nós examinadas, de acordo com as normas de auditoria vigentes por ocasião da emissão do parecer em 21 de julho de 2023.

#### Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

#### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas

conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Criciúma (SC), 02 de agosto de 2024.  
Murilo César Klein – Contador CRC (SC) nº 030755/O-5  
Martinelli Auditores - CRC (SC) nº 001.132/O-9

**CERTIFICAÇÃO DIGITAL**

Local e Data Araranguá/SC 27/08/2024